

PORTUGAL E A CRISE DO SUEZ

DOCUMENTOS

LX. 13/9/1956 – 13 HORAS¹

Senhor Presidente do Conselho,
Com muita pena de já hoje vir perturbar o seu repouso, mas angustiado com o feio desenvolvimento da questão de Suez, não tenho outro remédio senão importuná-lo com esta carta e com os graves problemas que passo a expor:

A Embaixada britânica veio ontem à noite entregar o «aide-mémoire» de que junto fotocópia [...]. É a concretização do que também ontem anunciou o Primeiro-Ministro Britânico ao Parlamento, e que decerto o Sr. Presidente já terá visto nos jornais quando ler esta carta.

No «aide-mémoire» os ingleses, falando por si e também pelos franceses e norte-americanos², declaram ter resolvido erigir uma «Associação dos Utentes do Canal de Suez», que passará a exercer os direitos das potências que utilizam o Canal – direitos que aparecem definidos pela primeira vez como sendo «não só os de livre passagem mas também de eficiente administração, gestão material³ [“operation”] e manutenção do Canal». Anuncia que as outras potências utentes serão⁴ convidadas a ade-

rir. Declara que o facto de o Egipto interferir com a actividade da Associação constituirá violação do Tratado de 1888. E termina por pedir que o Governo Português dê público apoio a tal plano⁵.

É evidentemente muito embaraçoso tomar posição. Faltam muitos elementos indispensáveis: junto [...] o texto de perguntas que ontem mesmo dei ao Emb. Pedro Teotónio Pereira e ele hoje deve apresentar ao Governo inglês, logo após a sua chegada a Londres. Por tais perguntas poderá V. Ex.^a ver quais são as interrogações que a mim mesmo ponho em caso tão delicado – onde a delicadeza começa na fragilidade e artifício da construção jurídica que deve estar na base da posição inglesa, e continua na falta total de indicação acerca de quais as medidas que se pensa tomar no caso – inevitável – de o Egipto não cooperar com a Associação⁶ que agora lhe metem pela boca abaixo, e mesmo acerca de quais as regras que deverão reger a Associação. Sem compromissos, que obrigações, que posição assumirão os Estados que aceitarem fazer parte da Associação?

Além das perguntas a formular pelo Embaixador Pedro Teotónio, envio tam-

bém a V. Ex.^a cópia dos telegramas que ontem mesmo enviei a Washington (com o fim de por aí tentarmos conhecer mais alguma cousa) e a outras capitais de países que entraram no grupo dos 18 (com vista a tentar conhecer atitudes de outros estados em face do plano da «Associação dos Utentes»)⁷.

Mesmo antes de obter respostas, telefonarei a V. Ex.^a, confiando em que já então terá lido esta carta e elementos que a acompanham. Tentarei pelo telefone trocar impressões com V. Ex.^a sobre qual deva ser a posição a tomar pelo Governo Português.

Devo dizer que, depois de maior reflexão sobre o assunto (interrompi esta carta para almoçar, e retomo-a agora às 16 horas), depois de ter visto novos elementos na imprensa (chamo em particular a atenção para uma conferência de imprensa do Presidente Guy Mollet, publicada no *Século* de hoje, da qual mando recorte), e sobretudo depois de alguns elementos que há pouco conseguimos obter da Embaixada Britânica⁸, creio que a ideia que está por trás da instituição da Associação dos Utentes não é a de se criar um órgão que tenha de agir em território egípcio, mas sim a de montar uma máquina com o seguinte desenho sumário: a Associação forneceria pilotos aos barcos fora das águas do Egipto, e os barcos apareceriam, em Suez e em Port Said, reclamando a passagem pelo Canal por seus próprios meios⁹, independentemente de qualquer colaboração activa a pedir às autoridades locais. Se então o Egipto, com fundamento em falta de pagamento de taxas, ou em falta de piloto fornecido localmente, ou em falta de qualquer outra prescrição localmente imposta, se opu-

sesse à passagem, estaria a opor-se à livre passagem pelo Canal, e assim violaria o *Tratado de 1888*¹⁰.

Isto, pelo menos, quanto ao começo do funcionamento da Associação, tal como tentou explicá-lo verbalmente o Encarregado de Negócios de Inglaterra.

É claro que logo se objecta: mas como o caso do Canal envolve muito mais coisas que a simples travessia (dragagens, reparação de margens, iluminação, etc., etc.), e como o «aide-mémoire» assenta em que os utentes têm o direito de administração, operação material e manutenção, depressa se sairá da simples passagem para uma reivindicação, por parte da Associação representativa dos utentes, da faculdade de ir praticar esses outros actos (dragagens, etc.). E, perante a recusa do Egipto de consentir que a Associação actue no seu território¹¹, como se sairá deste beco sem saída? O encarregado de negócios já não sabia reagir perante tal dificuldade¹².

Veremos se o nosso Embaixador consegue melhor esclarecimento na fonte de Londres.

De qualquer maneira, e a benefício das respostas às perguntas pelo Embaixador P. Teotónio, o certo é que o problema central se põe desde já:

– Temos, em prazo muito curto, de pronunciar-nos, e publicamente¹³, sobre a Associação e nossa adesão a ela, isto é, nossa entrada nela.

De um lado, a fórmula da Associação é juridicamente precária. Mas, de outro lado – e desde que fique bem esclarecido que a nossa adesão não envolve qualquer compromisso quanto a colaboração nossa em sanções milita-

res¹⁴ – parece que será muito difícil não apoiarmos aquilo que aparece como continuação da proposta dos 18 (é o menos) mas sobretudo como manifestação de firmeza do Ocidente (é o mais importante)¹⁵. Permito-me mesmo chamar a atenção de V. Ex.^a para este aspecto melindroso: se recusarmos apoiar a Inglaterra e os Estados Unidos no seu plano da Associação dos Utentes, a nossa recusa germinará depois em más atitudes desses países, sobretudo da Inglaterra, a respeito do problema de Goa. Também é verdade que o nosso apoio à Associação criará atritos claros com o Egipto, que por sua vez podem ter – consoante a evolução dos acontecimentos – consequências desfavoráveis para o mesmíssimo problema de Goa¹⁶.

Embora ainda indeciso, e carecendo dos tais elementos complementares a receber de Londres e de outras capitais, sinto todavia formar-se em mim a convicção de que não poderemos furtar-nos a apoiar a solução anglo-franco-americana, rodeando embora a nossa adesão de limitações e cautelas quanto à acção que venha a desenvolver-se quando a Associação esbarre¹⁷ com a oposição egípcia à sua actividade.

Mas muito estimaria conhecer as primeiras impressões do Sr. Presidente, depois de ter lido estas considerações apressadas. Se puder telefonar-me, ficar-lhe-ia muito grato.

Envio-lhe também um telegrama que acabo de receber da nossa Embaixada em Washington (n.º 161). Não é ainda respondida ao meu de ontem, pedindo esclarecimentos. Mas oferece o interesse de parecer confirmar que os Estados Unidos, ao participarem na fórmula da Associação de Utentes, não pensam de momento em

mais do que forçar o Egipto a uma recusa de passagem quando se apresentar na entrada do Canal um barco com piloto fornecido pela Associação de Utentes...¹⁸ Então ficaria aberto o caminho para que outros, que não necessariamente os Estados Unidos, entrassem no caminho das sanções, porventura de ordem militar.

Será esta interpretação correcta? Será isto que explica o facto – surpreendente em si mesmo – de os Estados Unidos subscreverem o plano Eden da criação da Associação?

No jornal que lhe envio vai também o texto do discurso do Sr. Gaitskell¹⁹. É outro factor terrível, este da oposição trabalhista em Inglaterra.

Estive hoje com o Sr. Ministro da Marinha²⁰, por causa da passagem por Suez do Vera Cruz e de petroleiros portugueses. De posse de todos os elementos que pude fornecer-lhe, o Almirante Tomás chegou à conclusão de que, estando já o Vera Cruz a menos de 48 horas de Suez, é melhor deixá-lo chegar à entrada do Canal. Se ainda puder passar, tanto melhor. Se o Canal estiver paralisado, nomeadamente pela retirada dos pilotos não egípcios (que está anunciada só para o fim do dia 15, enquanto o Vera Cruz deve chegar a Suez no começo desse dia), então se resolverá sobre o seu retorno via Cabo. Com isto só se perdem os dois dias que separam o barco de Suez, na pior das hipóteses; e pode-se ganhar a passagem para o Mediterrâneo²¹.

Ficou o Alm. Tomás de telegrafar imediatamente para bordo, proibindo que os tripulantes e passageiros desembarquem no Egipto e suprimindo a escala por Alexandria²².

Em verdade a agitação que pudesse agora reinar no Egipto aconselha a meu ver estas providências elementares.

Amanhã, 14, atravessam o Canal dois petroleiros portugueses, um em cada sentido: o Cercal e o Dondo. Pedi ao Alm. Tomás que desse instrução para um e outro telegrafarem imediatamente as informações que puderem prestar sobre as circunstâncias, verificadas e prováveis para o dia seguinte, da travessia do Canal. Sentindo, mais uma vez, perturbar o seu repouso com estas inquietantes cousas, louvo-me em que é a força-maior que me compele, e apresento-lhe os mais respeitosos cumprimentos.

Do De V. Ex.^a Adm. e ...

Paulo Cunha

P.S. Estive agora a conversar com o Doutor Lumbrales²³, que me trazia as graves apreensões da SACOR, dada a perspectiva de a passagem pelo Canal se fechar em breve. Entre as soluções de emergência que na SACOR estiveram considerando figura esta, sobre a qual estimaria conhecer a reacção de V. Ex.^a: tentar a SACOR, por intermédio de uma empresa francesa, obter fornecimentos da Hungria e da Roménia, nomeadamente dentro da ideia de troca de petróleo por cortiça portuguesa. Parece que a SACOR encara tais fornecimentos como ao alcance das suas possibilidades²⁴.

Não tive tempo de pensar no assunto, que me foi posto neste instante, e o portador que levará esta carta não pode esperar nem mais um minuto. Mas, à primeira vista, parece-me solução francamente possível e aceitável.

Ministério dos Negócios Estrangeiros. Telegrama n.º 361. Recebido da Embaixada de Portugal em Londres. 3 de Novembro de 1956²⁵.

361 – Depois de 24 horas de grave ansiedade e visível perturbação a seguir ao voto de censura nas Nações Unidas, decisão tomada por este Governo de completar ocupação Suez parece demonstrar que este Governo está firme sua orientação e que será capaz de fazer frente esta gravíssima crise. Inglaterra e França aceitam policiamento zona estratégica por forças Nações Unidas mas propõem-se, até que aquela possa assumir responsabilidades, levar por diante sua própria intervenção conforme planeado. Jornais mais responsáveis defendem lógica acção Governo e dizem que aceitação pronta por Inglaterra plano estabelecimento força ONU Médio Oriente permitirá criar terreno restabelecimento cooperação com Estados Unidos e Canadá. Voto censura Assembleia ONU e peso 64 Nações que condenaram acção anglo-francesa provocou aqui funda e visível impressão. Jornais referem «países que tiveram coragem apoiar Inglaterra» e louvam Austrália e Nova Zelândia. Além destes nomes só foram citados todos países grupo abstenções mas sem comentários sobre significado votação. É manifesto sentimento contra nações ocidente que se juntaram ONU largo grupo que condenou. Eden acaba revelar grande coragem mostrando-se disposto prosseguir acção através tão terríveis dificuldades internas e externas. Dia de hoje será muito difícil em virtude atitude agitação desencadeada por trabalhadores. Eden fará declaração Câmara Comuns e falará à noite ao país.

a) [Pedro Theotónio] PEREIRA

Ministério dos Negócios Estrangeiros. Telegrama n.º 368. Recebido da Embaixada de Portugal em Londres. 3 de Novembro de 1956²⁶.

368 – Embora horizonte político esteja ainda muito carregado e inúmeros problemas sejam motivo grave preocupação este país despertou hoje sob intensa sensação alívio em face notícias ocupação Canal e favorável desenvolvimento verificado em várias outras questões pendentes. Estive inauguração estátua Smuts com vários membros Governo e tive ocasião notar grande subida moral. Há sentimento geral que Inglaterra jogou a mais grave cartada depois Guerra Mundial e a ganhou. Eleição Eisenhower teve aqui as mais favoráveis repercussões. Espera-se que Estados Unidos se movam rapidamente no sentido aproximação com Inglaterra e França. Tem-se aqui esperança ameaça russa tenha sido parada. Inglaterra respondeu duro às pressões soviéticas e não parece que quer desse lado quer do mundo árabe venham a surgir agora mais novidades. Conflito deu também nova oportunidade Nehru demonstrar seu ódio por este Governo e país. Trabalhistas devem estar algo desapontados sua imprudente audácia que chocou gravemente sensibilidade este povo. Se êxito continuar a ajudar Governo oposição sairá muito enfraquecida. Momento ainda muito grave e cheio interrogações. Eden terá que acudir crise provocada por Nutting e alguns mais que perderam cabeça por julgar tudo perdido ou foram dominados por artigos tendências ideológicas contrárias ao golpe força agora dado. Corrente que gerou aqui «Manchester Guardian», «Observer» e

outros sofrerá forte humilhação se futuro indicar que Inglaterra evitou maiores complicações ao tomar esta decisão que sempre me pareceu viria a ser adoptada.

a) [Pedro Theotónio] PEREIRA

Ministério dos Negócios Estrangeiros. Telegrama n.º 293. Expedido para Embaixada de Portugal em Londres. 6 de Novembro de 1956²⁷.

293 – Agências distribuem notícias sabotagens e outras perturbações afectando instalações petrolíferas não só Síria mas região Golfo Pérsico (nomeadamente Bahain e outros pontos Arábia Saudita). Dado actual situação obrigará recorrer intensamente fornecimentos Golfo Pérsico embora pela rota do Cabo peço V. Ex.^a obtenha todas possíveis informações sobre aquelas perturbações e perspectivas abastecimento na referida região.

a) MINISTRO

N.º 194 Embaixada Britânica (1065/19/56) Confidencial. Lisboa, 6 de Novembro de 1956²⁸.

Senhor,

Ontem fiz uma curta visita ao Presidente do Conselho para lhe apresentar Lorde Rathcavan, presidente da Companhia de Carris de Ferro de Lisboa, que ainda não tinha conhecido.

2. Embora a conversa no decurso da nossa entrevista fosse naturalmente de carácter geral, vale talvez a pena registar algumas observações que o Dr. Salazar fez sobre o assunto do Canal do Suez e a situação no Médio Oriente.

3. O Dr. Salazar começou por perguntar porque é que tinha sido necessário ao

Governo de Sua Majestade intervir. Parecia-lhe que era simplesmente necessário autorizar aos israelistas derrotarem os egípcios. Eu disse que pensava que a nossa acção tinha sido determinada pelo perigo para o Canal do Suez: além da certeza de que se não tivéssemos interferido teria havido combates na Zona do Canal quase de imediato, havia o perigo óbvio deste se tornar a linha de divisão entre forças hostis, visto tratar-se da única barreira geográfica na linha do avanço israelita, o que a verificar-se teria encerrado permanentemente o tráfego.

4. O Dr. Salazar prosseguiu para dizer que lhe parecia uma pena que nós tivéssemos admitido a legalidade da nacionalização da Companhia do Canal do Suez pelo coronel Nasser. Uma vez que ainda faltavam doze anos para que a concessão cessasse, e esta não continha qualquer provisão para a reaquisição do Canal pelo Governo egípcio antes do expirar do prazo, o Governo egípcio tinha claramente actuado de forma ilegal. Desde que a Companhia fora formada, a posição em relação a ela tinha sido alterada pelas circunstâncias – aquilo que fora concebido como uma empresa com fins lucrativos era agora uma artéria essencial de tráfego internacional – e as potências interessadas tinham todo o direito em insistirem com o Egipto na manutenção da concessão para a totalidade do período e na negociação durante os doze anos restantes de um sistema que promovesse as garantias necessárias dos seus interesses.

5. Assegurei ao Dr. Salazar que o Governo de Sua Majestade não tinha nunca admitido a legalidade da acção egípcia. Eu pró-

prio tinha de facto enviado ao ministro dos Negócios Estrangeiros um documento [...] explicando as razões pelas quais a considerávamos ilegal (comprometi-me a enviar-lhe uma cópia). Ele disse que podia ser assim mas que a impressão que tinha recebido era de que nós não tínhamos mantido a nossa posição de modo suficientemente firme neste caso; em todas as discussões subsequentes a Companhia parecia ter sido relegada para segundo plano. Se nós tivéssemos intervindo em força neste campo aberto quando o Canal acabara de ser nacionalizado, sentia que teríamos ficado mais bem colocados perante a opinião pública internacional. Eu disse que imaginava que teriam sido maiores as dificuldades materiais no caso de se adoptar esse caminho, e que, claro está, estivéramos desejosos de garantir, se possível, o apoio dos Estados Unidos, ao que ele respondeu ser absurdo esperar alguma coisa dos americanos em ano de eleições.

6. O Dr. Salazar expressou preocupação pela falta de unidade demonstrada pela opinião pública em Inglaterra, o que ele pensava representar uma mudança para pior na nossa vida pública. Recordei-lhe que Fox e os *Whigs* tinham causado muitos problemas a Pitt e ao seu Gabinete de Guerra durante as Guerras Napoleónicas, e disse-lhe que a atitude da oposição podia ser tomada como um sinal de que ela não vê a presente posição como suficientemente ameaçadora para a segurança do país. O Dr. Salazar finalmente concordou em que a coisa essencial nas circunstâncias presentes era que a operação de polícia fosse completada com sucesso e rapidamente. A propósito, sei que esta visão foi

expressa muito energicamente pelo Presidente da República ao novo embaixador francês quando este apresentou as suas credenciais no dia 2 de Novembro.

Tenho a honra de ser, com o mais alto respeito,

Senhor,

O Vosso Servidor Obediente,

Charles Stirling

Ministério dos Negócios Estrangeiros. Telegrama n.º 260. Recebido da Embaixada de Portugal em Paris. 8 de Novembro de 1956²⁹.

260 – Alegando terem já atingido fins sua intervenção armada no Egipto tropas franco-britânicas cessaram fogo esta noite afirmando todavia seu propósito permanecer nas zonas que ocupam até chegada forças internacionais Nações Unidas. Sei porém que decisão cessar-fogo foi principalmente tomada devido perigo iminente intervenção voluntários russos e doutros países que URSS propunha armar e fazer desembarcar zona Canal a fim criar ali nova Coreia com risco rápida generalização conflito. Ontem tal perspectiva preocupou seriamente este Governo tanto mais que Estados Unidos teriam feito saber que não poderiam dar qualquer apoio França e Inglaterra caso surgissem complicações – ? – cessação hostilidades. Hoje porém atmosfera afigura-se-me aqui muito mais calma sendo de supor que Estados Unidos terão assegurado esta noite sua decisão apoiar imediatamente França e Inglaterra em caso de conflito com Rússia, reconstruindo assim frente comum que acontecimentos Egipto tinham abalado.

Situação Próximo Oriente continua todavia causando graves inquietações porque equilíbrio Inglaterra vem conseguindo ali manter através sua influência no Iraque está ameaçado romper-se por ser cada dia mais forte oposição à política pró-britânica do Presidente Conselho o qual tem sido até agora o principal obstáculo à política de hegemonia egípcia de Nasser e à formação dum bloco árabe unido. Foi devido esta circunstância que Inglaterra para reforçar posição Iraque e outros simpatizantes nos países árabes declarou que forças israelianas [sic] deverão abandonar Sinai e regressar suas fronteiras independentemente dos êxitos militares. Síria continua constituindo motivo inquietação tanto mais que se sabe que nas conferências que Presidente da Síria Choukri El Kouaury teve Moscovo durante sua visita donde acaba de regressar participaram altas patentes militares russas e próprio Joukov. Infiltrações comunistas a que anteriormente aludi vêm-se sistematicamente agravando tendo sido praticadas novas destruições nos «pipe-lines». Pensa-se aqui que desaparecimento Staline torna mais difícil prever reacções da URSS porque autoridade e serenidade com que este apreciava os problemas permitiam-lhe recuar quando o julgasse útil ou até desautorizar suas atitudes anteriores, enquanto que direcção colegial suscita flutuações orientação e grande nervosismo nas decisões a tomar pelo Kremlin. Isto exige a maior ponderação por parte Ocidente pois teme-se que um passo em falso possa desencadear do lado russo precipitada que se Staline fosse vivo seria

menos de reear. Por outro lado sabe-se Rússia atravessa grandes dificuldades interiores e graves dissensões entre dirigentes, tudo podendo provocar estado de espírito favorável decisões irremediáveis. Se política Estados Unidos destes últimos dias cruciais não fosse firmemente orientada no sentido de evitar a guerra é de supor que conflito geral já teria eclodido. Estas são impressões aqui colhi e creio bem fundamentadas. Baixas francesas no Egipto foram reduzidas.

a) [Marcello] MATHIAS

Ministério dos Negócios Estrangeiros. Telegrama n.º 263. Recebido da Embaixada de Portugal em Paris. 9 de Novembro de 1956³⁰.

263 – Atmosfera meios políticos e diplomáticos agravou-se perante notícia chegada fronteira Polónia numerosas divisões russas e estado alerta forças navais aéreas e terrestres norte-americanas. Aceitação por parte de Israel retirada suas forças do território egípcio, apesar declarações peremptórias que Presidente Israel Ben Gurion fizera há dias em sentido contrário, comprova iminência perigo intervenção Rússia Médio Oriente que Estados Unidos procuram conjurar evitando Moscovo possa invocar qualquer pretexto para aquele fim. Modificação atitude Israel determinada por apelo Presidente Eisenhower neste sentido e grave ameaça carta Bulganine dirigiu Ben Gurion. Crê-se aviões russos com respectivas tripulações têm ultimamente chegado Síria a qual continua sendo objecto maior preocupação franco-britânicos. Conforme meu 259 Rússia e União Soviética já acei-

taram convite feito pela Suíça para reunião cinco grandes potências mas tanto França como Inglaterra ainda se não pronunciaram. Pelas razões que já indiquei franceses e ingleses estão procurando ganhar tempo pois embora não desejem conferência se realize não julgam útil fechar completamente a porta tal eventualidade que agravamento circunstâncias actuais poderá acabar por impor. Como convite à União Indiana assegurar uma representação das potências de Bandung naquela conferência e isto me parece um precedente gravemente inconveniente tenho aqui feito valer que, além dos argumentos a que alude meu 259, é também de considerar que interesse das potências ocidentais deve ser o de procurar sempre que possível acentuar as divergências aliás efectivamente existentes entre aquelas potências, e não agir no sentido de empurrar estas para uma forçada unidade transformando-as num bloco tal que passaria a ter uma espécie de representação permanente através da União Indiana, nas conferências internacionais.

Manifestação anti-Comunista a propósito de Hungria cuja extraordinária amplitude e exaltação pude pessoalmente apreciar e que conduziu assalto e incêndio sede partido comunista e jornal L'Humanité prova se está assistindo em França a uma grande reacção nacional com que haverá que contar tanto na orientação da política interna como externa deste país. Grande maioria manifestantes era constituída por jovens cuja idade oscilava entre dezasseis e vinte e cinco anos.

a) [Marcello] MATHIAS

Embaixada de Portugal em Londres. Ofício n.º 1886. 4 de Dezembro de 1956³¹.

Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros

Excelência,

Já por outra via dei conhecimento a V. Ex.^a do que foi a sessão de ontem à tarde na Câmara dos Comuns em que o Sr. Selwyn Lloyd fez a declaração final sobre a retirada das forças anglo-francesas do Canal do Suez.

Como já tive ocasião de observar, essa sessão da Câmara dos Comuns foi um acontecimento verdadeiramente trágico e ao mesmo tempo grotesco. Trágico, pela humilhação do Governo e pelas consequências de toda a ordem que resultarão desta derrota do Ocidente. Grotesco, pelo baixo nível da oposição trabalhista e pela inconsciência que esta última revelou olhando apenas o caso através do mais desvairado faccionismo [sic] de partido. Pela primeira vez sou levado a sentir alguma consideração pelas opiniões do «Manchester Guardian» e do seu neutralismo [sic] de princípio. Este jornal publica hoje um relato da sessão que, pela sua fidelidade e comentário imparcial, merece ficar arquivado nos registos dessa Secretaria de Estado.

O «Manchester Guardian» recolheu todas as notas realmente reveladoras do debate de ontem. Faz toda a possível justiça ao Governo e a alguns membros da maioria (sem deixar de registar a dolorosa humilhação sofrida) e marca bem a ignomínia do procedimento da oposição em que se salvou apenas, pela sua moderação e bom senso, o famigerado Aneurin Bevan!

Dir-se-ia que este último, contrastando com a selvática irresponsabilidade dos seus colegas, incluindo o *leader* [sic] Gaitskell, tinha já o sentimento do que poderão ser um dia as suas limitações na bancada do Governo.

Os Conservadores têm, de certo, maioria na Câmara, mas a continuarem a governar precisam de restabelecer uma atmosfera de confiança e autoridade que infelizmente se não sentiu ontem na Câmara dos Comuns. Apresento a V. Ex.^a os protestos da minha mais alta consideração.

A Bem da Nação

a) Pedro Th Pereira

Ministério dos Negócios Estrangeiros. Telegrama n.º 161. Recebido da Legação de Portugal no Cairo. 23 de Dezembro de 1956³².

161 – Os últimos soldados franceses e britânicos deixaram Port Said, depois de negociações complicadas que envolveram os trabalhos a fazer para tornar navegável o Canal do Suez. Tiveram essas negociações um carácter mais político do que técnico visando sempre os mesmos objetivos: os franceses e ingleses querendo conservar certa posição no conflito do Suez, os egípcios revelando a sua animosidade para com os ocidentais mas querendo aproveitar das possibilidades materiais e profissionais deles, os americanos apoiando os egípcios através da ONU para se assegurarem uma posição no Médio Oriente.

Mas com a retirada franco-britânica desapareceu um dos obstáculos que se põe à resolução de duas grandes questões: o litígio do Canal e o conflito com o Estado de

Israel; ambos, na essência, elementos da mesma disputa – aquela em que se enfrentam russos e ocidentais para o domínio dos jazigos petrolíferos do Sudoeste Asiático. O Egipto intervém na luta sem ter ainda escolhido a via que lhe convém seguir. Para o Governo do Cairo só há, presentemente, dois interlocutores capazes: a União Soviética e os Estados Unidos. O primeiro tendo mais recursos do que o segundo, mas conduzindo a um resultado que Nasser, por enquanto, quer evitar: a transformação da vida política e social do seu país dentro do quadro comunista. Sem quererem discordar abertamente do Egipto os dirigentes árabo-asiáticos, dentro dos seus actuais regimes políticos, vêem apenas um Estado com condições para tratar: o norte-americano. Reconhecem-lhe, contudo, a falta de conhecimento da psicologia oriental e o receio em provocar um grande conflito armado; hesitam por isso, em hipotecar à América os seus destinos. Não querem também entregar a um Estado árabe leadership e por esse facto sofre os ataques da política egípcia que incidem sobre os governantes para tornarem possível a reviravolta dos governados. Mas estes não têm maturidade necessária a certos empreendimentos. O desejo egípcio de estender ao mundo árabe o processo revolucionário que Nasser ensaia, não encontra grande ambiente; apenas uma minoria extremista se agita instigada pelo Egipto que procura substituir em todos os países da Liga Árabe os velhos quadros feudais por regimes novos e progressistas. Enquanto o Cairo não renunciar a esse objectivo não haverá estabilidade no Médio Oriente.

Para todos a grave ameaça continua a ser a expansão de Israel. Este é mais forte hoje do que antes das hostilidades. A exterminação com que lhe acena a União Soviética para agradar aos árabes, não o atemoriza por enquanto.

O Oriente Árabe é pois levado a encarar, dividido, os dissídios do Canal e da Palestina. O Egipto dá a prioridade ao primeiro, procurando mostrar que coloca em idêntica postura o segundo. Sobre o Suez as intenções de Nasser são obscuras; o chefe egípcio pretende ficar nas posições anteriores à intervenção franco-britânica e a sua atitude dependerá da firmeza da ONU ou, melhor, daquilo que os Estados Unidos poderem [sic] obter da condescendência russa. A Arábia Saudita, o Iraque, a Síria e o Líbano consideram de maior importância a diferença com Tel-Aviv e colocam num plano secundário o Suez, pois estão certos de que o caso do Canal será solucionado; mesmo que o seja com prejuízo do Egipto o facto não lhes desagradará grandemente. A sua vontade de aproximação com a Europa é evidente e bem compreensível pois só está grandemente interessada na compra de petróleo árabe.

Mas ao passo que o problema do Suez é premente o da Palestina só ganha em aguardar solução.

Assim a pretensão americana de estabelecer uma paz durável aproveitando o actual momento político para pôr termo, simultaneamente, aos dois pleitos é, quando vista do Cairo, bastante ilusória.

Ligá-los como pretendem alguns meios, principalmente israelitas, parece muito difícil.

a) [José Weinholtz de Bivar] BRANDEIRO

NOTAS

- 1** Carta de Paulo Cunha a Oliveira Salazar (documento manuscrito), Lisboa, 13 de Setembro de 1956, AOS/CO/NE – 23, pasta 1, fls. 2-13.
- 2** Sublinhado por Paulo Cunha.
- 3** Sublinhado por Paulo Cunha.
- 4** Sublinhado por Paulo Cunha e por Oliveira Salazar com lápis azul. A frase iniciada em «anuncia» e concluída em «aderir», foi sublinhada no seu lado esquerdo por Oliveira Salazar com lápis azul.
- 5** Sublinhado por Paulo Cunha e por Oliveira Salazar, com lápis azul a frase iniciada em «por pedir» e concluída em «tal plano».
- 6** Sublinhado por Oliveira Salazar.
- 7** Sublinhado por Oliveira Salazar.
- 8** Sublinhado por Paulo Cunha.
- 9** Sublinhado por Paulo Cunha.
- 10** Sublinhado lateral ao texto pelo punho de Oliveira Salazar. Inicia-se em «de agir» e termina em «ou em falta».
- 11** Sublinhado por Paulo Cunha.
- 12** Sublinhado lateral ao texto pelo punho de Oliveira Salazar. Inicia-se em «E, perante» e termina em «tal dificuldade».
- 13** Sublinhado por Paulo Cunha.
- 14** Sublinhado por Oliveira Salazar e com ponto de interrogação, também do seu punho, na margem esquerda do texto.
- 15** Sublinhado por Oliveira Salazar.
- 16** Parágrafo sublinhado lateralmente por Oliveira Salazar.
- 17** Sublinhado por Oliveira Salazar.
- 18** Sublinhado lateral ao texto pelo punho de Oliveira Salazar. Inicia-se em «Estados Unidos» e termina em «Associação de Utentes».
- 19** Líder do Partido Trabalhista britânico.
- 20** Américo Thomaz.
- 21** Sublinhado lateral ao texto pelo punho de Oliveira Salazar. Inicia-se em «Com visto» e termina em «Mediterrâneo».
- 22** Sublinhado por Oliveira Salazar.
- 23** João Pinto da Costa Leite (Lumbralles). Entre 1955 e 1972 foi presidente do Conselho de Administração da SACOR (a maior empresa petrolífera portuguesa).
- 24** Período com sublinhado lateral do punho de Oliveira Salazar.
- 25** AHDMNE, 2.º piso, armário 50, maço 93.
- 26** *Ibidem*.
- 27** *Ibidem*.
- 28** Da Embaixada do Reino Unido em Lisboa para o Foreign Office. Despacho n.º 194. The National Archives. O destinatário do despacho era o secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, Selwyn Lloyd, FO 371/124 068.
- 29** AHDMNE, 2.º piso, armário 50, maço 93.
- 30** *Ibidem*.
- 31** *Ibidem*.
- 32** AHDMNE, 2.º piso, armário 50, maço 93-A.